



# DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Caderno especial do Jornal do Comércio • Porto Alegre, sexta-feira e fim de semana, 4, 5 e 6 de junho de 2021

WENDERSON ARAUJO/DIVULGAÇÃO/JC



## Crédito de carbono a moeda ambiental do mundo

*Cada vez mais, consumidores, gestores de empresas e acionistas entendem que boas práticas ambientais não impedem o crescimento da economia. Pelo contrário: companhias transparentes e de sucesso incorporam à gestão o respeito ao meio ambiente, com ações para neutralizar as emissões de carbono.*





# DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Porto Alegre, Sexta-feira e fim de semana, 4, 5 e 6 de junho de 2021

Carta do Editor

## Compromisso com o meio ambiente

GUILHERME KOLLING

guilhermekolling@jornaldocomercio.com.br

Há 50 anos, a questão ambiental começou a despertar mais interesse na sociedade. Não por acaso, foi em 1971 que a ação pública de José Lutzenberger e da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) surgiu, trazendo temas até então pouco falados, como a poluição industrial e a poda incorreta das árvores em Porto Alegre.

Gradativamente, a agenda ambiental foi sendo incorporada na sociedade e em instituições. A Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu uma Conferência do Meio Ambiente em Estocolmo em 1972, começaram a surgir órgãos ambientais nos governos, até que o tema também entrou para valer na agenda das empresas e na vida dos consumidores.

Muita coisa mudou nessas cinco décadas. A discussão e os processos para avançar nessa pauta são contínuos. No momento, o conceito ESG, sigla em inglês para ambiental, social e governança, aparece como nova pauta, aumentando o apelo e a proatividade das empresas.

Neste especial, o Jornal do Comércio apresenta ideias sobre ESG e também dá espaço a uma reportagem sobre créditos de carbono. Nosso caderno do Meio Ambiente é publicado no início de junho há muitos anos (algumas capas abaixo), sempre trazendo informações que mostram a tendência de empresas adotarem, cada vez mais, a responsabilidade ambiental.



Opinião / Colunistas convidadas

## Quem é responsável pelo combate à crise climática?

ESTELA KURTH

A criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), no dia 5 de junho, de 1972, se tornou a data de promoção mundial da necessidade de novas atitudes em relação ao uso de recursos naturais, e sobre implicações humanas nas questões ambientais.

Próximo de completar 50 anos, dois fatos confirmam o alcance desses propósitos. A recente visibilidade conquistada pelo ESG (Ambiental, Social e Governança) revela o atual entendimento sobre o caráter de interdependência que cerca o desenvolvimento sustentável; o segundo é a decisão histórica da corte holandesa contra a Shell.

Trata-se de uma condenação sem precedentes, obrigando uma petrolífera a se ajustar aos limites estabelecidos pelo Acordo do Clima de Paris. O plano anunciado pela Royal Dutch Shell era reduzir suas emissões de carbono em 20% até 2030; com a sentença, terá que cortar em 45%.

A decisão contra a Shell suscita a pergunta sobre a responsabilidade de governos ou empresas pelo combate à crise climática. A corte holandesa reconheceu que a Shell não pode resolver este problema global sozinha, porém, isso não isenta a companhia do compromisso individual de reduzir as emissões sob as quais tem controle e participação.

A ação foi ajuizada pela organização ambiental holandesa Milieudefensie, sob a acusação de que a petrolífera

*Na transição, se sai melhor quem busca oportunidades, transformando boas práticas em estratégias de negócios*

ameaça os direitos humanos (o grifo é intencional) com a produção desequilibrada de combustíveis fósseis. Não é de hoje que o poder de ONGs vem crescendo. Exportadores brasileiros, inclusive gaúchos, convivem com a pressão que leva grandes investidores internacionais a revisarem suas posições de investimento. Uma vez que os impactos das mudanças climáticas

são irreversíveis, os governos usam mecanismos regulatórios e, algumas vezes, lançam mão de incentivos como o Green Recovery da União Europeia. A discussão agora se concentra nos riscos físicos que decorrem da severidade de eventos climáticos e dos riscos de transição, associados à jornada a ser trilhada para a descarbonização da economia.

Na transição, se sai melhor quem inverte o ângulo e busca oportunidades. A Lojas Renner é um exemplo do potencial de retorno do investimento sustentável. Transformando boas práticas em estratégias de negócio se tornou a maior varejista de moda do Brasil. Outro é a catarinense Weg que, junto com a EDP Smart, fechou um acordo com a Renault – as empresas se tornaram fornecedoras de infraestrutura de recarga em vias públicas para o Zoe, o veículo elétrico da montadora.



MARCO QUINTANA/ARQUIVO JIC

Consultora em ESG

## Transparência socioambiental: interesse de quem?

LARA ELY

Às vésperas do Dia Mundial do Meio Ambiente, em que marcas, empresas, entidades, governos, escolas e organizações não governamentais (ONGs) preparam uma série de manifestações ou ações de conscientização para elucidar a data, cabe chamar a atenção para o uso de dados socioambientais frente ao advento dos temas ESG no mundo corporativo. Informações públicas sobre temas ambientais são interessante para quem? Qual a finalidade da transparência para uma gestão sustentável?

Deixo a provocação, mas contextualizo o cenário. Se por um lado, é grande o movimento das empresas em busca de maior transparência, publicando relatórios, balanços anuais, ampliando seu repertório e contando histórias sobre impactos socioambientais e mitigação, por outro lado, a governança pública sofre com o império da opacidade na gestão de dados socioambientais públicos.

Relatório recém lançado pela agência de dados Fiquem Sabendo, a ONG Transparência Brasil e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), pelo projeto Achados e Pedidos | Monitor de Dados Socioambientais, alertou sobre ausência de transparência nos principais órgãos brasileiros interligados à esfera de meio ambiente e populações tradicionais (indígenas e quilombolas).

A ausência de informações devido a burocracias no sistema, falta de vontade política, desestruturação de áreas ou ainda falhas técnicas e ferramentas obsoletas descumpra amparos legais como a Lei de Transparência Ambiental (10.650/2003), Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), Política

de Dados Abertos do Governo Federal (8.777/2016), além dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

A grave conjuntura de obstáculos ao acesso a informações e deficiências na gestão de dados na área socioambiental do Brasil prejudica o controle por parte das esferas competentes, e ainda, inviabiliza indiretamente a atuação de pesquisadores, profissionais liberais, jornalistas, ativistas e cidadãos que possam fazer uso disso para intervenções políticas, acadêmicas, científicas, jurídicas, investigativas, etc.

Outro fator notado diante desse cenário é que, pela ausência de dados públicos, as próprias entidades socioambientais passam a exercer esse papel de monitoramento de aspectos como o aumento das emissões atmosféricas, queimadas, espécies da biodiversidade ameaçadas de extinção, tornando-se referência para a sociedade. Esse movimento acaba por segmentar ainda mais o interesse e faz do meio ambiente um área de nicho, e não de núcleo da gestão pública. O movimento parece contrário ao que acontece nas empresas: por uma questão de mercado, elas têm colocado a sustentabilidade junto à estratégia do negócio.

Vivendo a era da informação, mas com muitos dados socioambientais precisando ser libertados, fica aqui reflexão: a transparência é útil para quem?

*Marcas, empresas, entidades, governos e ONGs preparam uma série de ações de conscientização para a data*



ARQUIVO PESSOAL/DOUGLAS JIC

Jornalista, especialista em Gestão Ambiental e mestre em Comunicação



# meio **nosso** ambiente

**Ser sustentável  
é agir de forma  
responsável com  
a comunidade.**

Praticar a sustentabilidade é saber conservar os recursos naturais. Mas também é olhar para quem está ao nosso lado, como olhamos para as nossas comunidades vizinhas. E tudo isso a CMPC faz com ações de responsabilidade social, iniciativas consistentes de gestão ambiental, cuidado com as nossas pessoas e geração de emprego e renda.

Alinhados às práticas mais modernas de ESG, estamos avançando para sermos a indústria de celulose mais sustentável do mundo. Neste mês do meio ambiente, você vai conhecer algumas das nossas atitudes para cada vez mais nos consolidarmos como um expoente da bioeconomia.

Acompanhe nas Redes Sociais  
as ações socioambientais da CMPC.



[/CMPCBrasil](#)



**cmpc**



## Reportagem

# Crédito de carbono pode ser a nova moeda global

*Gigantes globais investem para neutralizar emissões; mercado mobiliza cada vez mais as empresas*

**PEDRO CARRIZO**, especial para o JC

Longe de estarem descoladas do espírito corporativo, gigantes como Microsoft, Apple, Volvo e Ifood têm investido em metas para neutralizar suas emissões de carbono até 2030. São alguns exemplos de um mercado que entendeu, em boa parte e por pressão social, que o progresso não pode mais se sobrepor ao seu efeito colateral. Por isso, negócios de compra e venda de carbono, o vilão invisível que criamos e hoje nos ameaça, estão em alta.

O mercado de carbono, que viveu tempos de baixa após a crise de 2008, parece retomar com vigor o interesse de empresas em ativos sustentáveis. Mas o Brasil, que tem potencial para saciar a gana do mercado, tem ficado para trás na corrida do “ouro do futuro”, como entusiastas apelidam o crédito de carbono.

A moeda global da “revolução da sustentabilidade”, exclamada por Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA, deve mudar



O sequestro do gás carbônico gera créditos monetizáveis por órgãos internacionais, que podem ser comercializados entre empresas

todas relações comerciais em curto tempo. “Uma mudança da magnitude da revolução industrial, mas com a velocidade da revolução digital”, comparou o norte-americano, em recente evento promovido pelo Valor Econômico e banco Santander.

Nos negócios de CO<sub>2</sub>, a redução ou sequestro do gás carbônico gera créditos monetizáveis, certificados por órgãos internacionais, que podem ser comercializados entre empresas e servem para compensar o impacto

ambiental de quem o compra. Cada unidade de crédito de carbono equivale a uma tonelada de CO<sub>2</sub> que deixou de ser emitida na atmosfera.

Nascido a partir do Protocolo de Quioto, de 1997, e renovado com o Tratado de Paris, de 2015, o mercado tem se desenvolvido em duas frentes: a regulada e a voluntária, da qual o Brasil faz parte. Porém, segundo especialistas, está passando por um momento de guinada, com a adoção de novo modelo de certificação.

“O novo Acordo de Paris vem para regulamentar de vez esse mercado, está todo mundo aguardando por isso, pois vai aumentar a responsabilidade de países sem metas obrigatórias contra os gases de efeito estufa”, diz Fábio Feldmann, ambientalista e fundador da ONG SOS Mata Atlântica.

Hoje em dia, no mercado regulado, os países ou territórios impõem metas obrigatórias de redução para cada setor produtivo. As empresas compram

quando as metas são ultrapassadas e vendem quando emitem menos, sendo permitido apenas a comercialização de créditos entre empresas do mesmo território. Califórnia, Europa e parte da China são reguladas, por exemplo. As transações são feitas nas bolsas de valores internacionais neste modelo.

Já no mercado voluntário qualquer pessoa, empresa ou instituição pode vender ou comprar créditos de carbono certificados. As transações se dão em acordos bilaterais e, mais recentemente, por blockchain. E o valor varia muito conforme o tipo de projeto e o volume de créditos. “Alguns projetos têm mais apelo do que outros. Os voltados à conservação de florestas podem ser mais interessantes para o marketing de empresa do que um projeto de geração de energia por queima controlada de metano, por exemplo”, explica Eduardo Baltar, diretor da consultoria gaúcha Ecofinance.

Reduzir a emissão de gases de efeito estufa é um negócio que dá lucro e status para quem participa. O mercado já é avaliado em mais de R\$ 1 bilhão por ano. Empresários e ambientalistas acreditam, inclusive, que o carbono será a commodity mais valiosa do futuro.

## O que Brasil e o Rio Grande do Sul têm a ver com isso?

O Brasil tem a maior capacidade de reflorestamento entre os países, uma matriz energética majoritariamente limpa e a maior floresta tropical do mundo, o que o coloca na liderança global do mercado de carbono, certo? Errado. Somos o sétimo em geração de créditos no mercado voluntário de carbono. Mas já fomos o terceiro, quando o comércio iniciou, em meados de 2006. Em nível federal, projetos de regulação passam de mão em mão pelas pastas da Economia, Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia, mas não avançam. Apenas o RenovaBio, voltado à geração de biocombustíveis, é regulado com créditos vendidos no pregão eletrônico brasileiro.

O Brasil pode ser para o mercado de CO<sub>2</sub> o que a Arábia Saudita é para o mercado de petróleo, segundo Luis Adaime, fundador e CEO da Moss, empresa brasileira que lançou o primeiro cripto ativo de carbono, comercializado por blockchain. “O País ainda certifica uma parcela ínfima de créditos de carbono em relação ao seu potencial”, avalia.

Focado em projetos ambientais de preservação na Amazônia, o ativo da Moss estreou ano passado e já é a principal criptomoeada brasileira no cenário internacional, com mais de 1,3 milhão de créditos comercializados. Mas, embora a imagem de uma floresta preservada apareça na cabeça da maioria que escuta

falar em mercado de carbono, a preservação é uma parcela ínfima desse negócio – menos de 1%. A maior parte do bolo de créditos certificados no mundo é derivada de projetos de energia limpa. Aí entra o Rio Grande do Sul.

Embora possa parecer distante a relação entre o Estado e o mercado de CO<sub>2</sub>, foi no Pampa que esse negócio iniciou no Brasil. A primeira empresa brasileira a receber pela mitigação do CO<sub>2</sub> foi a gaúcha Camil Alimentos, em 2006. Na época, vendeu por cerca de € 1,5 milhão seus créditos para a companhia holandesa BTG Biomass. Foram 207 mil créditos credenciados a partir da geração de bioenergia com a casca do arroz, na unidade

industrial de Itaqui.

De lá para cá, diversos outros projetos de sequestro de CO<sub>2</sub> surgiram pelo Estado, com crescimento inclusive de consultorias que ajudam as empresas a certificar seus créditos de carbono.

“No Sul, há setores mais antenados ao mercado de carbono do que outros, como é o caso do setor energético, com foco na geração de biomassa e de energia eólica. O setor de resíduos também tem conseguido bons rendimentos vendendo seus créditos”, ressalta Eduardo Baltar, diretor da consultoria gaúcha Ecofinance, responsável por mais de 11 milhões de créditos negociados e 30 projetos de desenvolvimento limpo aprovados.

## RenovaBio, o único mercado de carbono regulado do Brasil

A Política Nacional de Biocombustíveis é, até o momento, o único comércio regulado no País para conter o avanço climático, com um funcionamento parecido ao mercado regulado de carbono. Em vigor desde 2017 para dar corpo às metas do Brasil no Acordo de Paris, o RenovaBio promove a expansão dos biocombustíveis na matriz energética nacional, com geração ativos na bolsa de valores brasileira (CBIO) e ganhos para produtores e importadores de etanol, biometano e biodiesel. O volume de créditos está na ordem de 2,5 milhões de CBIOS por mês.

# Tudo o que a Corsan faz para conservar o meio ambiente **faz para cuidar do futuro de todos nós.**

A Corsan vem investindo em educação ambiental, inovação, buscando apoio de universidades, instituições de pesquisa e startups. Tudo isso para criar soluções inovadoras de conservação que permitam o desenvolvimento socioeconômico aliado ao cuidado com a natureza. Sabemos que, para garantir o futuro das próximas gerações, cuidar do meio ambiente é mais que uma necessidade, é uma missão.

Dia 5 de junho.  
**Dia do Meio Ambiente.**



**NOVAS FAÇANHAS**

NO MEIO AMBIENTE  
E INFRAESTRUTURA



## Reportagem

# Parques eólicos geram mais de 1 milhão de ativos de carbono no Rio Grande do Sul

PEDRO CARRIZO, especial para o JC

Os gigantescos “cata-ventos” de Osório são sinal de que a praia já está perto. Mais do que isso: depois de mais de 15 anos em operação, são a prova de que a energia eólica dá certo e gera créditos. Administrado pela Enerfín do Brasil, filial da espanhola Elecnor, os parques de Osório e de Palmares são grandes geradores de créditos de carbono. Com os parques eólicos no Rio Grande do Sul, mais de 1 milhão de créditos foram registrados pela Enerfín, sendo 25% comercializados desse montante.

A crescente preocupação do mundo com os combustíveis fósseis barateou a matriz eólica – menor custo entre as renováveis –, cada vez mais difundida. Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no início do ano o Brasil teve aumento de 55,2% na geração de energias movidas a vento.

A geração eólica cresce sistematicamente em todo mundo desde 2008, segundo dados da rede REN21, grupo que controla a adoção de energias limpas no mundo. No Rio Grande do Sul, o Parque Eólico de Osório é o segundo maior da América Latina.

Como explica o diretor da Enerfín do Brasil, Felipe



Complexo de energia eólica em Osório, no litoral gaúcho, foi registrado na modalidade Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na ONU

Ostermayer, o processo de certificação começou em 2006 e envolveu a contratação de uma consultoria que prestou serviços para registro do Projeto de Osório junto à ONU, na modalidade Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Posteriormente, em 2018, a empresa retomou o processo e optou por buscar a certificação internacional I-REC Standard, um sistema de reconhecimento menos burocrático e desenvolvido para facilitar a contabilidade de carbono, mas que também é compatível com vários padrões internacionais.

Conforme o consultor Eduardo Baltar, diretor da Ecofinance, os projetos, desde sua concepção

até a aprovação, levam no mínimo um ano no caso dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), emitidos com o aval da ONU. Já no mercado voluntário, o registro demora de seis a nove meses.

No Parque de Osório, foram quatro meses de auditoria, algo relativamente rápido, afirma Ostermayer. “O processo de comercialização é atividade contínua, a empresa mantém contato frequente com agentes comercializadores (brokers) no País e exterior. A procura para aquisição dos certificados cresce, assim como o universo de clientes interessados para mitigar os seus impactos de emissões de GEE.”

Embora o valor dos créditos tenha caído desde o boom do mercado, em meados de 2006, quando chegou a custar US\$ 15, o diretor da Enerfín do Brasil acredita que o custo-benefício da certificação é válido pelo acréscimo na renda e pela questão ambiental.

“Desde o princípio das atividades, reconhecemos a importância da redução de gases formadores do efeito estufa associadas à geração de energia eólica. Além disso, há uma expectativa de valorização dos créditos para os próximos anos com a crescente ampliação de interessados em participar deste mercado”.

## Projeto com startup gaúcha quer exportar primeira safra de soja zero carbono até 2023

Plantações de soja são o principal vetor da economia gaúcha, mas estão longe de ter fama de sustentável. Para mudar essa imagem e dar à commodity o selo de amiga do meio ambiente, uma iniciativa entre Embrapa, a agritech gaúcha Connect Farm e a farmacêutica Bayer quer exportar o primeiro navio de soja com carbono zero do Brasil até 2023. Segundo Rodrigo Dias, CEO da Connect Farm, o projeto faz parte das vertentes da “agricultura 5.0”.

Desenvolvido pela Bayer, o projeto Carbono + se volta ao agronegócio para traçar um

futuro mais sustentável ao campo, apresentando vantagens do mercado de carbono. É parte de um compromisso que a multinacional alemã anunciou de reduzir em 30% das emissões na agricultura global. Nesse processo, a startup Connect Farm é uma das representantes da Bayer para o desafio de mitigar o CO<sub>2</sub> das lavouras de soja. Sob sua tutela e consultoria, a Connect trabalha com 23 lavouras em seis estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, GO, MS). Destas, quatro estão no Rio Grande do Sul.

“A parceria surgiu para levarmos recomendações que

impactam na sustentabilidade. E na soma de todas essas práticas, conseguir sequestrar mais a emissão de carbono e fixar isso no solo através de biomassa. Trabalhamos para conectar tecnologia e sustentabilidade”, conta o CEO da agritech.

Conforme Dias, o projeto que tem prazo de três anos está completando seu primeiro ano em setembro, quando serão medidos os primeiros resultados das lavouras. E a Bayer entra como a compradora do delta de carbono – a diferença entre o quanto produtor emitia e o resultado final.

De acordo com Dias, as

práticas podem ser usadas em lavouras de qualquer porte e o que o processo do projeto vigor consiste em escolher uma área do produtor para implementar as mudanças e depois escalonar para a toda a produção.

As principais ações para sequestrar o carbono, segundo Connect Farm, são o não revolvimento do solo; uso de plantas de cobertura, mantendo sempre uma cobertura verde no solo; usar fertilizantes de acordo com o potencial ambiental de cada área, materiais geneticamente adaptados e produtos químicos com menor impacto ambiental.

## Aterros sanitários também geram créditos no Estado

A Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos (CRVR), que administra aterros sanitários, como o de Minas do Leão, que trata os resíduos orgânicos de Porto Alegre, é uma das grandes agentes de descarbonização do Estado. Desde que entrou no mercado de carbono, em 2006, a CRVR já gerou mais de 3 milhões de créditos através da queima controlada do gás metano, que é 20 vezes mais poluente que o carbônico.

Antes de ser aterro, a área de Minas do Leão era usada para mineração da Copelmi, mas a partir de 2001, quando o terreno foi adaptado para o tratamento de resíduos, o aterro tem investido em desenvolvimento sustentável.

Hoje, Minas do Leão é uma das principais geradoras de energia limpa da região, com a transformação do metano em biogás, capaz de abastecer uma cidade de até 100 mil habitantes. “Em 2005 o mercado de carbono estava em alta. Os valores eram atrativos, com o crédito vendido por cerca de US\$ 15, se viabilizou ambientalmente e economicamente. Foi assim que decidimos certificar nossa mitigação”, lembra o superintendente técnico da CRVR, Biotérmica e Essencis, Rafael Salamoni.

Naquela época, explica, a consultoria responsável pela certificação já fez o processo com a venda antecipada. Ou seja, já havia clientes de fora dispostos a comprar os créditos da CRVR antes do montante ser certificado. Os primeiros compradores vieram de Japão e Índia. Hoje são vendidos para o Banco Mundial e empresas norueguesas.

Em 2015, com a chegada da biotérmica, o desenvolvimento sustentável ganhou corpo. A partir de então, o metano passou a ser canalizado para seis motores austríacos que o transformam em energia e, além da geração de créditos, abastecem toda a operação do aterro com energia limpa, e ainda sobra para ela também ser comercializada.



Porto Alegre, Sexta-feira e fim de semana, 4, 5 e 6 de junho de 2021

## Reportagem

# Moss busca ser uma "Amazon ambiental"

PEDRO CARRIZO, especial para o JC

Autointitulada como a maior plataforma digital de créditos de carbono do mundo, a Moss quer revolucionar a forma com que são comercializados os ativos verdes no mercado voluntário. Através do blockchain, o ativo de carbono da Moss (MCO<sub>2</sub>) tem as mesmas características do crédito, mas com toda a segurança da criptografia de ponta, e a possibilidade de pessoas físicas também poderem comprar créditos em poucos cliques.

Já foram mais de 1,3 milhão de créditos vendidos pela empresa, que é responsável pelo maior estoque de créditos de carbono da história, com 2 milhões de toneladas, todas derivadas de projetos de conversação florestal na Amazônia. Em maio de 2021, o valor do ativo estava cotado em R\$ 70,00.

Na visão de Luis Adaime, fundador e CEO da empresa, a Moss atua como uma varejista digital de crédito de carbono. "Compramos no atacado, em grande quantidade, de seis projetos certificados, e vendemos no varejo para empresas e pessoas físicas", contextualiza.

Um dos projetos fica na Amazônia peruana e os outros

cinco na brasileira. Segundo Adaime, a Moss quer emular os passos da Amazon.com, que hoje é uma das maiores empresas do mundo, mas começou com a venda de livros na internet, em uma época em que as livrarias físicas ainda dominavam. "A Moss quer trilhar um caminho igual. Só substituir livros por créditos de carbono. Queremos ser a Amazon ambiental do mundo."

A empresa busca se diferenciar dos ativos de carbono comercializados hoje no mercado voluntário de três formas. Na seleção minuciosa dos projetos de quem a Moss compra, o que Adaime atribui como um selo de qualidade.

Na agregação de tecnologias de criptografia, processamento de dados, rastreabilidade e monitoramento para impedir qualquer tipo de fraude. E, por fim, é a facilidade que a empresa gerou no processo de compra de créditos e cálculos de emissão de carbono, buscando ser o mais próximo possível do conceito de "one click".

"Antes a empresa teria que contratar uma assessoria para ver quanto ela emite. Levantar vários dados, negociar com projetos, investigar se projetos são

verídicos, para no final de vários meses fechar uma compra. Isso é feito em microssegundos no site da Moss ou numa bolsa digital", ressalta o CEO.

O novo modelo tem atraído grandes empresas e a Moss escala em alta velocidade, inclusive patrocinando o time de basquete do Flamengo.

Desde 2020, quando se lançou no mercado, já foi responsável pela compensação de carbono de empresas como Ifood, Rally dos Sertões, Mercado Bitcoin e está para anunciar a parceria com uma grande companhia aérea.

Outro diferencial de sua plataforma é que qualquer

pessoa física pode comprar créditos, seja para compensar suas emissões, mas principalmente como investimento de um ativo que tudo indica que deve se valorizar.

"Por que o público quer consumir mais de empresas sustentáveis ou comprar ativos de carbono? Porque os millennials se tornaram o grupo demográfico mais importante e os que estão mais preocupados com o que consomem". Além disso, acrescenta Adaime, o crédito de carbono deve ser a nova reserva de valor global, o novo ouro, então muitos compram o ativo para segurar, apostando numa valorização a médio e longo prazo.



Luis Adaime é o CEO da empresa

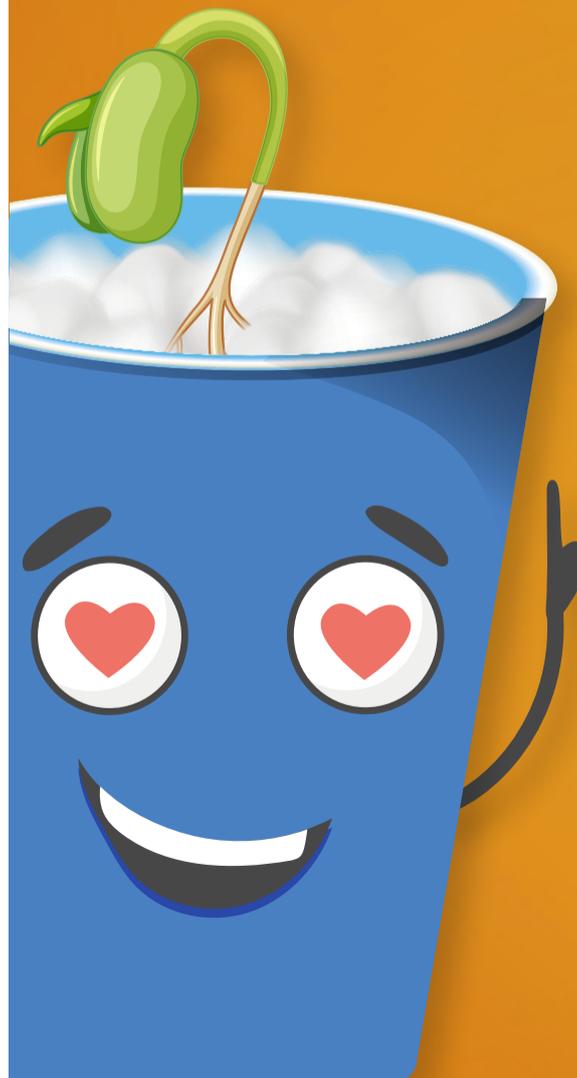
## Para Agapan, crédito de carbono é "apropriação da causa ambiental"

Na visão de Francisco Milanez, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), ONG que completou meio século de história em abril, além do mercado de carbono tentar se apropriar da luta de ambientalistas e transformá-la em lucro, o negócio é parte de uma "maquiagem ambiental".

"Não sou contra que empresas busquem o desenvolvimento sustentável, mas não é responsabilidade delas cuidar da questão climática. É uma função dos governos, que devem reger a atividade empresarial com base em ações sustentáveis", entende o ambientalista.

Além disso, Milanez acredita que os cálculos feitos para medir o número de créditos são lineares e superficiais e não levam em consideração impactos ambientais que antecedem a mitigação dos gases de efeito estufa. As soluções devem ser mais locais e nacionais do que globais, mesmo que seja necessário estabelecer parâmetros e obrigações para todos os países, que gerem multas para nações que não as cumprirem, pontua Milanez. Mas também é preciso criar estímulos por parte do Estado com metas gerais e progressivas, e um plano de transição para acabar com o uso de combustíveis fósseis.

## POR UM MATCH PERFEITO COM O MEIO AMBIENTE



Até 2030, de acordo com a ONU, viveremos a "Década da Restauração de Ecossistemas". Cada indivíduo é protagonista nesta transformação.

- Repense suas atitudes e o seu relacionamento com a natureza;
- Busque e compartilhe conhecimentos;
- Participe de diálogos honestos e construtivos pelo bem coletivo;
- Tire a culpa dos materiais. Banir o plástico não é a solução;
- Use e abuse da economia circular: separe e dê o destino correto ao plástico.

Nos acompanhe nas redes sociais!



@repeenseprojeto



## Entrevista

# ESG não promove mudanças profundas sozinho, diz professor

CARLOS VILLELA

carlos.villela@jornaldocomercio.com.br

A condução de políticas ambientais pode ser critério importante para a realização de investimentos no País atualmente. De acordo com Josilmar Cordenonssi, professor de Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, embora fundamentadas em valores importantes de preservação, muitas vezes as medidas empresariais com foco em boas práticas sociais e ambientais são reflexo de outros interesses financeiros. Mesmo assim, é cada vez mais importante para as empresas o tripé ESG, sigla em inglês para ambiental, social e governança.

**Jornal do Comércio – Qual é o valor das boas práticas ambientais, sociais e de governança para as empresas?**

**Josilmar Cordenonssi** – De uma forma bem ampla, vejo esse movimento da empresa cuidar, além do seu lucro, da parte social e ambiental, em um certo conflito com algumas teorias econômicas. Milton Friedman (economista da Escola de Chicago vencedor do prêmio Nobel) falava no passado que, ao querer que uma empresa faça benfeitorias para a comunidade, meio ambiente ou sociedade, você tira o foco da empresa, cuja grande função social é gerar lucro. De um ponto de vista economicista, por dizer assim, ele está correto. Agora, existe um certo limite, e isso é papel dos reguladores. Deve se colocar, no início, as restrições de geração de lucro da empresa para que não contamine o meio ambiente, para que não use trabalho escravo. Esse é o papel do poder público: forçar as empresas a não ultrapassar esses limites. O grande risco dessa visão de Friedman é as empresas ficarem muito poderosas financeiramente e capturarem o poder e as agências reguladoras. Um exemplo é o da Vale, que tinha uma imagem muito boa do ponto de vista ambiental

e também de respeito à comunidade, funcionários e sociedade, até que teve o problema do Rio Doce, e depois de Brumadinho, e a imagem foi por terra. Acho que o movimento ESG é bem-vindo, e no fundo é fruto de uma certa conscientização ecológica e também de uma desigualdade de renda que temos no mundo ocidental, especialmente no Brasil, mas ainda temo que é uma visão mais de marketing do que uma mudança muito profunda.

*A questão ambiental pode ser usada por países europeus para impor barreiras comerciais ao Brasil*

Às vezes, é mais barato para as empresas se apresentarem de modo amigável com a natureza e com a sociedade do que fazer propaganda institucional para melhorar a imagem, então, de uma certa forma ela tem esse ganho, então, é uma coisa mercadológica. Essa questão também pode ser usada por países europeus para impor barreiras comerciais contra o Brasil. Se continuar com desmatamento, os agricultores franceses podem pressionar a União Europeia a impor barreira a produtos brasileiros, por exemplo. É um campo de batalha, porque o meio ambiente é uma questão importante, mas por trás dele tem muitos interesses econômicos.

**JC – O Brasil vem sendo criticado internacionalmente, por imprensa, entidades e governos, nos últimos anos pela condução das políticas ambientais no País. A conscientização ambiental pode ficar mais forte no Brasil, e eventualmente diminuir essa cobrança sobre o País?**

**Cordenonssi** – Acho que é um item sensível ao Brasil, e como o mundo não tem controle sobre a nossa Amazônia, eles podem exercer uma certa pressão com sanções econômicas e imposição de tarifas em nossos produtos para que nosso governo

aja do jeito que eles querem, e isso com certeza vai acontecer se a gente sair da linha. Esse é o risco que corremos hoje. Acho que não é um modismo, veio para ficar, especialmente enquanto nós tivermos essa ameaça de aquecimento global. Enquanto não controlarmos emissão de carbono etc., a pressão vai ser grande. Mas o que vejo é uma certa hipocrisia que se coloca aqui para a gente, mas lá fora não se tem as mesmas cobranças. Se tem muito foco aqui no Brasil e relativamente pouco foco na Austrália, que é o maior emissor de CO<sub>2</sub> per capita no mundo, mas não se escuta falar na Austrália como grande vilão mesmo tendo uma matriz energética bastante poluente, e no imaginário internacional o Brasil, por ter a maior floresta tropical do mundo, pode ser o grande vilão. É uma questão significativa para a nossa agricultura, os produtos agrícolas que a gente mais exporta podem ter sanções e sofrer fortemente. E ao Brasil não interessa entrar nessa briga, a gente consegue aumentar a produtividade sem fazer desmatamento. Acho que esse é um desafio nosso, explorar a Amazônia de forma inteligente e economicamente rentável.

**JC – Os índices de sustentabilidade, como o ISE da B3, têm colaborado com a adoção dos critérios ESG nas empresas? Os investidores brasileiros tem demonstrado interesse em ter carteiras responsáveis?**

**Cordenonssi** – Isso é muito novo. Na verdade, o critério para colocar no índice de sustentabilidade, às vezes, é um pouco arbitrário. Lembro quando a Petrobras estava nesse índice que prometia cumprir tudo, mas depois no governo Dilma quando foi o momento da implantação de um diesel mais sustentável que diminuiria poluição, a Petrobras não fez esse investimento e, na época, a BM&FBovespa tirou a Petrobras desse índice. Como eles querem manter que investir em sustentabilidade dá

maior retorno à Bovespa, tentam colocar empresas que têm rentabilidade maior do que empresas normais do Bovespa. Acredito que existe um certo gerenciamento de resultados na construção do índice, mas não vejo um aumento de investimentos. Os investidores ainda não estão sensíveis a essa temática no Brasil, mas lá fora sim. Para atrair capital externo, isso pode ser mais importante, especialmente fundos soberanos. Existe uma pressão política muito grande nesse tipo de fundo de investimento estatal.

**JC – O senhor percebe que a pauta de boas práticas ambientais é um ponto defendido com mais força pela Europa do que por outros países desenvolvidos, como os Estados Unidos?**

**Cordenonssi** – Sem dúvida. É onde essa questão é mais avançada, são países que têm consciência ecológica muito desenvolvida, como a Alemanha, que hoje é líder em energia solar e renovável, a França, Inglaterra

*No imaginário internacional, o Brasil, por ter a maior floresta tropical do mundo, pode ser o grande vilão*

e países escandinavos também. Já nos Estados Unidos pouco tempo atrás o presidente era o Trump e ele subsidiou a indústria do carvão tentando reativá-la. Lá não chega a ser política de estado, depende do governo, enquanto na Europa não, é uma questão mais política de toda a União Europeia, uma posição ainda mais sólida.

**JC – Empresas com boas práticas ambientais tendem a ter retorno financeiro maior? É possível medir os valores desses ativos intangíveis?**

**Cordenonssi** – Tem esse discurso de que as empresas que estão em índices de sustentabilidade têm retorno maior, mas as empresas que fazem práticas sustentáveis, no fundo, são



Josilmar Cordenonssi é professor de Economia da Universidade Mackenzie

rentáveis. Elas já têm rentabilidade, e podem se dar ao luxo de gastar um pouco mais para fazer essas práticas. As empresas que não são rentáveis estão lutando para sobreviver, e não conseguem pagar por esse marketing. Sou um pouco crítico a essa ideia de que empresas sustentáveis são mais rentáveis, acho que é o oposto: elas são sustentáveis porque são rentáveis. Isso é usado para vender a ideia de que ser sustentável é bom. Mas, junto a isso, você tem muitas empresas de energia renovável que estão sendo muito mais rentáveis do que empresas de combustíveis fósseis, então, está ocorrendo uma revolução tecnológica que está tornando a energia solar e eólica muito competitiva, e as petrolíferas estão caindo. Você tem lugares, onde a partir de 2030, não terá mais venda de carro novo movido a combustível fóssil. É uma sinalização clara que vai ter de que ter energia renovável, e isso faz o mundo ficar mais sustentável ambientalmente. Nem tanto as práticas ESG, mas sim a força da regulação firme do Estado que vai fazer com que haja uma mudança clara.

**JC – O fortalecimento do mercado de green bonds pode ajudar a economia nacional?**

**Cordenonssi** – De certa forma, você consegue atrair capital mais barato se você rezar conforme a cartilha. Teoricamente pode ser benéfico, mas precisaria ter um esforço de marketing para melhorar nossa imagem. Esses fundos verdes só vão decolar mesmo em um próximo governo.